



Osvaldo Cabral  
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO  
inconveniente

## Marcelo substitui-se à moção de censura?

Estes dias de debate sobre o Plano e Orçamento no parlamento regional serão reveladores do estado de tensão eleitoral em que se encontra a política açoriana.

De um lado, já se percebeu, está a coligação a defender firmemente os dois documentos, que são, na verdade, um envelope tentador para um ano de eleições, e do outro temos os partidos da oposição, incluindo os dois que assinaram o acordo com a coligação, receosos que o governo fique sem freio em ano eleitoral.

É que o problema já não é o Plano e Orçamento, é o perigo da coligação começar a distribuir as habituais benesses eleitorais até Outubro, no tal “frenesim prometório” que a oposição receia.

Os deputados do Chega e da IL já perceberam, há muito tempo, que esta ponta final da governação é perigosa para o chamado “voto útil”, porque poderia levar muita gente do seu eleitorado a votar na coligação.

A estratégia é travar este ímpeto eleitoralista da coligação e tentar eleições antecipadas o mais rápido possível para segurar o seu eleitorado e captar o voto dos descontentes e desiludidos com a coligação, antes que sejam beneficiados pelo tal “prometório” e mudem de opinião.

O que o Representante da República, via Marcelo, vai perguntar a estes dois deputados é se aguentam a coligação por mais uma legislatura, como acordaram no início, ou se já não acreditam nela e, mesmo que venha um novo Plano e Orçamento daqui a 90 dias, voltam a chumbar.

Se é assim, então não vale a pena prolongar uma governação com

destino marcado e a funcionar em duodécimos.

Marca-se já eleições e até vem a calhar se elas coincidirem com as nacionais a 10 de Março, para não mandar os eleitores duas vezes às urnas.

Deve ser isto que está na cabeça de Marcelo. Resta saber se as duas campanhas a decorrer ao mesmo tempo não criará uma enorme confusão no eleitorado e na bolha mediática.

A coligação parece não estar muito preocupada e, certamente já a pensar nas antecipadas, jogou forte na apresentação do Plano e Orçamento com o discurso inicial do Presidente do Governo em vez da tradicional apresentação do titular das Finanças.

A instabilidade que transpira do parlamento esta semana parece conselheira a eleições o mais depressa possível.

Mas ninguém se atreve a provocá-las para não ficar com o rótulo de desestabilizador durante a campanha.

Estará Marcelo disponível para se substituir à moção de censura?

Quase que aposto que é isto que Marcelo gostaria de fazer, até para dar o aviso a uma eventual coligação de direita a nível nacional, após as eleições de 10 de Março, que venha a ter o apoio do Chega e da IL.

O Presidente da República avisaria, com o exemplo dos Açores, que se alguém falhar no apoio a meio da legislatura, em Lisboa, fará o mesmo que nos Açores: dissolve!

O que se vai passar nos próximos dias é um óptimo laboratório para Marcelo, avistando o que se poderá passar a nível nacional.

## Partidos divididos quanto ao Orçamento

(continuação da pág. 5)

O PSD/Açores realçou que o Plano e o Orçamento dos Açores para 2024 contêm medidas de vários partidos aprovadas na Assembleia Regional, alertando para os impactos de uma crise política na execução de fundos europeus.

“Aprovar este Orçamento é executar o que este Parlamento decidiu ver implementado por maioria democrática e levou muitas horas de debate, de trabalho parlamentar e de compromisso com os destinatários destas iniciativas”, afirmou o líder parlamentar do PSD/Açores.

Bruto da Costa falava no arranque da discussão do Plano e do Orçamento da região para 2024, na Assembleia Legislativa, na Horta.

O social-democrata defendeu no Parlamento regional que é “muito importante que se saiba que aprovar este Orçamento é também pôr em prática propostas de diferentes partidos que este ano foram aqui aprovadas”.

Bruto da Costa destacou que a aprovação dos documentos implica “consagrar a criação dos passes de mobilidade para transportes públicos coletivos”, uma iniciativa do BE, defendendo a necessidade de “não adiar os Açores”.

O deputado do PSD nos Açores reforçou ainda que o Plano e o Orçamento incluem a proposta do PAN



para “concretizar o fim das quotas na avaliação de desempenho na Administração Pública”.

“Aprovar este orçamento significa melhorar o apoio aos doentes Machado-Joseph. Uma proposta da IL, PSD, CDS-PP e PPM, aprovada por unanimidade, e que só pode ser posta em prática com a aprovação do Orçamento para 2024”, assinalou.

Bruto da Costa avisou ainda para o “enorme desafio” relacionado com a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), alertando para os impactos de uma crise política na aplicação daquelas verbas.

“Todos sabemos das metas que temos para executar dos fundos do PRR, todos sabemos do enorme desafio e todos devemos assumir esse facto, não como um elemento de divisão,

mas como um factor de motivação”, salientou.

E acrescentou: “os açorianos não compreenderiam que os seus representantes aqui nesta casa deitassem a perder a troco de uma necessária e útil crise política para o deputado [do PS] Vasco Cordeiro. São 300 milhões de euros que fazem falta aos Açores”.

O líder parlamentar do PSD/Açores elogiou ainda as propostas do Plano e Orçamento da Região, defendendo que “respondem aos desafios do presente” e “preservam a palavra dada” pelo Executivo açoriano.

“Iniciámos a apreciação destes documentos confiantes de que estamos perante bons documentos propostos pelo Governo da coligação, com apoio generalizado da sociedade açoriana”, declarou.

### CDS: “O maior investimento de sempre”

A líder parlamentar do CDS-PP/Açores alertou que o “cenário de incerteza e instabilidade”, motivado pela conjuntura nacional e internacional, obrigam a uma “responsabilidade acrescida” dos partidos políticos e elogiou a actuação do Governo Regional.

Catarina Cabeceiras considerou que os tempos actuais são desafiantes devido às consequências das guerras da Ucrânia e Médio Oriente, ao au-

mento da inflação e da crise política nacional.

“Todo este cenário de incerteza e instabilidade obriga a responsabilidade acrescida”, alertou, falando na Assembleia Legislativa, na Horta.

A deputada do CDS-PP no Parlamento açoriano realçou que o Executivo regional (PSD/CDS-PP/PPM) “apresenta o maior investimento de sempre na área social” e destacou as “medidas inovadoras e impactantes” aplicadas na região, como a diminuição da carga fiscal.

Catarina Cabeceiras salientou igualmente a “aposta firme nas propostas sociais”, exemplificando com os programas “Novos Idosos” e “Nascer Mais” e os aumentos do complemento regional de pensão e da diária dos doentes deslocados. “Está tudo feito? Não. Mas, já há, sem dúvida, uma melhoria e isso não pode ser negado. É neste sentido que o Governo de coligação continua a consolidar a sua acção política no cumprimento do programa de Governo”, disse.

A centrista apelou ainda à responsabilidade, garantindo que os “pré-anúncios” dos partidos em relação à votação do Orçamento “não fazem hesitar” o Governo Regional.

“Responsabilidade é que os açorianos esperam de nós, responsabilidade social, responsabilidade política. Os pré-anúncios não nos fazem hesitar”, assegurou.